

Cascavel, 03 de outubro de 2022.

Referência: Processo nº 000579/2022

Pregão Eletrônico 1329/2022 – UNIOESTE/HUOP

Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de realização de exames laboratoriais externos, como Laboratório de Apoio.

Ementa: *Análise de pedido de recurso em face da decisão de habilitação da licitante ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA AFIP*

I - DOS FATOS

Trata-se de recurso protocolado pela empresa Laboratório Padre José De Anchieta Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 06.068.694/0001-85, a qual apresentou, tempestivamente, as suas RAZÕES RECURSAIS relativas ao PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe pelas razões expostas a seguir:

“A/C

SR. PREGOEIRO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

LABORATÓRIO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA LTDA, CNPJ: 06.068.694/0001-85, sediada na RUA GUARANI, Nº 1.633, BAIRRO CENTRO, CEP 85.900-190, TOLEDO/PR, por meio de seu Representante Legal Sr. FLÁVIO DEL MORO RG Nº 5.256.578-2 SSP/PR, CPF Nº 025.635.799-45, vem respeitosamente perante a douta Comissão, tempestivamente, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, a decisão de habilitação da licitante ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA AFIP

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, é de assinalar que o presente recurso é tempestivo, desta feita, vem a Requerente, fazer jus ao seu direito de interpor tal pedido, face a permissão garantida em lei. Requerendo, ainda, que seja procedido o pedido no que tange a tempestividade do mesmo.

2- SÍNTESE DOS FATOS

Em apertada síntese, trata-se de licitação realizada pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ.

A Comissão de Licitação, decide pela Habilitação da ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA AFIP.

É o relatório.

3 – DO DIREITO

Vale dizer que a Licitação deve ser deflagrada, conduzida e julgada de acordo com as disposições legais pertinentes à espécie.

Perlustrando as boas ideias, a licitação é meio obrigatório para contratação de bens e serviços pela Administração Pública, e como todos os outros atos administrativos, também é norteada pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de princípios e legislação próprios, como o da vinculação ao instrumento convocatório.

Elenca-se que a finalidade maior de se realizar o processo licitatório é garantir possibilidade de uma competição isonômica e impessoal entre todos os interessados por meio de regras legais, razoáveis, objetivas e previamente determinadas, todas fixadas em Edital, que atendam ao superior interesse público, e desta forma obter a contratação mais vantajosa, no que tange ao custo-benefício.

Importantíssimo ser observado no que tange a documentação de habilitação, o que se dispõe em edital deve ser cumprido.

Sabemos que o instrumento vinculatório é o edital, e se o licitante não cumpre RIGOROSAMENTE esses requisitos, logo não pode ser considerado habilitado, e sim INABILITADO.

É o que se observa em tela, a ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA AFIP, não cumpriu o requisito do edital no seguinte item:

ITEM 12 - DA HABILITAÇÃO DE FORNECEDORES

12.7.1.6 Certificado de funcionamento regularizado e oficializado da empresa licitante no Conselho de classe competente, da região a que estiver vinculado, para funcionamento 24 (vinte e quatro) horas.

Veja que esse documento de comprovação de funcionamento de 24 horas é requisito obrigatório disposto no item de habilitação do edital.

Onde o licitante ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA AFIP, não apresentou tal documento que o comprove.

Ressaltamos a da vinculação ao instrumento convocatório nas licitações. Vejamos os artigos 41 e 55 da lei 8.666/93:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

“Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor. ”

É de suma importância observar todos os requisitos do edital, e em especial que queremos demonstrar em nosso memorial recursal que o licitante ora vencedor, NÃO CUMPRIU os requisitos, desta forma não merece prosperar sua habilitação.

Sendo a mais JUSTA decisão, a inabilitação do mesmo.

A propósito, a norma prescrita no artigo 3º, da Lei n.º. 8.666/93, assim determina:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em restrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. (...)”

Assim, deve ser revista a habilitação, pois não houve cumprimento dos requisitos obrigatórios.

4 - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- 1- Com o devido respeito que V. S^a. julgue motivadamente o presente RECURSO;
- 2- Seja INABILITADA, a ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA AFIP por não ter apresentado o documento do item 12.7.1.6.
- 3- Que os requisitos de habilitação sejam respeitados e cumpridos
- 4- Por fim requeremos JUSTIÇA

Toledo 19 de setembro de 2022.

FLÁVIO DEL MORO
RG Nº 5.256.578-2 SSP/PR
CPF Nº 025.635.799-45
SÓCIO ADMINISTRADOR.”

CONTRARRAZÕES

“À Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Hospital
Universitário do Oeste do Paraná

À Ilma. Sra. Pregoeira Andressa Folchini

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1329/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000597/2022

ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA - AFIP,
licitante já devidamente qualificada, por seu representante, vem,
respeitosa e tempestivamente, apresentar CONTRARRAZÕES ao
Recurso Administrativo do LABORATÓRIO PADRE JOSÉ DE
ANCHIETA LTDA no processo administrativo nº 000597/2022,
fazendo-o nos termos.

I. INTRODUÇÃO

Trata-se de contrarrazões ao recurso administrativo que, com a
devida venia, não veio com acerto no tocante ao único e ilegítimo
argumento contrário a AFIP, contendo nítido caráter meramente
protelatório com intuito de tumultuar o regular andamento do
processo licitatório e tirar a Afip da competição, uma vez que a
Recorrente foi desclassificada.

II. CONTRARRAZÕES

2. DA FALACIOSA ALEGAÇÃO QUANTO AO DESATENDIMENTO A EXIGÊNCIA PREVISTA NO SUBITEM 12.7.1.6 DO EDITAL

A Recorrente alega que a AFIP não cumpriu o requisito do edital
previsto no subitem 12.7.1.6, que determina que:

12.7 - Documentação relativa a Qualificação Técnica:

12.7.1.6 - Certificado de funcionamento regularizado e oficializado da empresa licitante no Conselho de classe competente, da região a que estiver vinculado, para funcionamento 24 (vinte e quatro) horas.

E acrescenta a Recorrente que esse documento de comprovação de funcionamento de 24 horas disposto no item de habilitação do edital é requisito obrigatório.

Outrossim, ocorre que, comparativamente com o que de fato ocorreu e diante da exigência editalícia, a AFIP apresentou corretamente as Certidões de Conselho de Classe (CREMESP E CRBM) e o Alvará de funcionamento, (anexos ao presente), cumprindo perfeitamente com o item de Qualificação Técnica, inclusive com o subitem 12.7.1.6 do edital, bem como em consonância com o que determina o art. 30, caput e incisos da Lei nº 8.666/93.

Ressalta-se que no corpo do Alvará de funcionamento, documento que atende em cheio ao subitem 12.7.1.6 do edital, consta no tópico “4 – CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO” (página 02) a informação quanto ao horário de funcionamento, qual seja: “SEM RESTRIÇÃO”, vejamos:

4 – CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO:

- HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: SEM RESTRIÇÃO.

Por conseguinte, se não há restrições quanto ao funcionamento, obviamente que é 24 horas.

Ademais de que, basta verificar o CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde da AFIP, onde consta a informação “Horário de Funcionamento: SEMPRE ABERTO”, conforme segue:

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: SEMPRE ABERTO

Destarte, em vista de toda a cristalina comprovação acima carreada, resta alegar que a Recorrente percorreu pelo trilho do entendimento errôneo em seu argumento contrário a AFIP, para não dizer da má-fé, não detendo claramente de razão alguma.

Diante de todo o exposto, não se tratando de nenhum fato a macular o processo licitatório, tem-se que a AFIP, mostrou atendimento aos princípios mais caros atinentes as licitações, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e por isso foi corretamente habilitada, diferente da Recorrente Laboratório Padre José de Anchieta que não apresentou certificado de licença sanitária válido, estando o dela vencido.

Por fim, registra-se que a AFIP e sua equipe técnica, possuem vasta expertise em serviços de complexidade e características semelhantes ao objeto, atua em mais de 50 (cinquenta) unidades em 9 (nove)

estados brasileiros, com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de experiência em análises clínicas, utiliza o conhecimento científico e a capacidade técnica de sua equipe para propor soluções de qualidade para a saúde e não haveria motivo para não deter de documentação simples/corriqueira exigida em licitações dessa espécie.

PEDIDO

Diante de todo o ostensivamente exposto, requer-se o acolhimento destas contrarrazões para que o Recurso Administrativo seja indeferido, em respeito aos mais caros princípios constitucionais.

São Paulo, 22 de setembro de 2.022.

ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA – AFIP

Andressa Justina Penha de Souza

Executiva de Negócios

CPF 388.895.008-24 | RG 46.723.912-5”

Pois bem!

Tratando-se de análise técnica, os fatos relatados pela empresa recorrente, foram encaminhados para apreciação da Equipe Técnica, cuja é a competência para solicitar e analisar documentos de quesito técnico inclusive a análise técnica da proposta, também foi encaminhado para apreciação da assessoria jurídica.

Passaremos aos esclarecimentos e manifestações do que compete à análise da Equipe Técnica. Considerando que a pregoeira não detém conhecimento técnico específico para julgar os quesitos técnicos exigidos em Edital, daí a necessidade de segregar as competências no processo licitatório resguardando o fiel cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Para isso, encontramos amparo no Acórdão 135/2005 Plenário:

“É obrigatório que a Comissão Permanente de Licitação não delegue competências exclusivas de sua alçada, tais como habilitação e julgamento das propostas, para outras unidades da empresa, conforme preconiza o art. 6º, inciso XVI, c/c o art. 45, todos da Lei 8.666/1993, ressalvada a possibilidade de solicitar parecer técnico ou jurídico relativo à matéria submetida à sua apreciação.” (grifo nosso)

Corroborado pelo Acórdão 1182/2004 Plenário:

“Possibilite a participação de profissionais legalmente habilitados na Comissão de Licitação, sempre que a especificidade do objeto assim o justifique, em cumprimento do disposto no art. 51 da Lei 8.666/1993.” (grifo nosso)

Dito isto, vejamos:

A Equipe Técnica emitiu parecer conforme segue:

“Referência: Análise técnica dos recursos e contrarrazões – Pregão eletrônico nº1329/2022, Processo administrativo nº000597/2022 – HUOP.

Prezada Senhora Pregoeira,

Esta Comissão técnica do Laboratório de Análises Clínicas do HUOP, é de parecer favorável à manutenção da habilitação técnica da empresa ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA – AFIP, licitante já qualificada nos autos administrativos, pelos fatos e termos aqui apresentados:

I – Síntese dos fatos

A recorrente LABORATÓRIO PADRE JOSÉ ANCHIETA LTDA, CNPJ 06.068.694/0001-85, classificada em quarta posição, representada legalmente pelo senhor Flávio Del Moro, CPF 025.635.799-45, requer a inabilitação da licitante ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA – AFIP, classificada em terceira posição, pelas alegações expostas a seguir:

O requisito editalício 12.7, Documentação relativa a Qualificação Técnica, constante no Processo CR 000597/2022 – HUOP, trata que:

12.7.1 - Para a habilitação técnica de empresa(s) para o certame, a(s) proponente(s) deverá(ão) apresentar as seguintes documentações:

12.7.1.1 - Certificado de Licença Sanitária da proponente, emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados ou Distrito Federal ou municípios, aquela que couber, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer e ou regular;

12.7.1.2 - Estando o Certificado de Licença vencido, a proponente deverá apresentar cópia legível do protocolo de solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do certificado vencido;

12.7.1.3 - Os protocolos de revalidação do Certificado deverão estar acompanhados de comprovante de tramitação ou declaração do órgão público concedente da referida licença;

12.7.1.4 - Prova de inscrição ou registro do seu responsável técnico de nível superior, junto ao seu Conselho da Classe competente da região a que estiver vinculado, uma vez que a licitação envolve a prestação de serviço;

12.7.1.5 - Comprovação de vínculo profissional do responsável técnico com a licitante que se fará, alternativamente, com a apresentação de: a) cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como empregadora; ou b) do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; ou c) do contrato

de trabalho devidamente registrado no Conselho da Classe da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico; ou d) de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência deste;

12.7.1.6 - Certificado de funcionamento regularizado e oficializado da empresa licitante no Conselho de classe competente, da região a que estiver vinculado, para funcionamento 24 (vinte e quatro) horas.

12.7.1.7 - 01 (um) ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove já ter o licitante realizado fornecimento compatível com o objeto desse certame em características e qualidade.

A recorrente, LABORATÓRIO PADRE JOSÉ ANCHIETA LTDA, alega que a ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA – AFIP não atendeu o requisito técnico do Edital previsto no subitem 12.7.1.6, o qual trata da comprovação de horário de funcionamento de 24 horas.

Segue que a ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA – AFIP apresentou as Certidões dos Conselhos de Classe de Medicina do Estado de São Paulo e de Biomedicina da 1ª Região - JURISDIÇÃO ES – MS – RJ – SP (SEDE), dos Responsáveis Técnicos afetos, além do Alvará de Funcionamento – Auto de Licença de Funcionamento, emitido pela Prefeitura da Cidade de São Paulo, em consonância com o que determina o art.30, caput e incisos da Lei n.º8.666/93.

No corpo textual deste Auto de Licença de Funcionamento (Alvará), na página 2, parte “Observações”, tópico 3, consta a tabulação de níveis aceitáveis de emissão de ruídos, com demonstração de turno contínuo de trabalho – 24 horas - como segue:

“Emissão de ruídos:

Diurno (7:00 às 19:00) NCA \leq 65 decibéis

Noturno (19:00 às 7:00) NCA \leq 55 decibéis”.

Ainda, neste mesmo texto documental oficial, vê-se no tópico 4, página 2, os dizeres da “Condições de instalação”, como segue:

“Horário de funcionamento: sem restrição”.

De igual forma, a ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA – AFIP, em suas contrarrazões, demonstra por meio do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES, os dizeres “Horário de Funcionamento: SEMPRE ABERTO”.

II – Objetivação da comprovação de funcionamento 24 horas

A incursão no campo da exigência de comprovação 24 horas, baseou-se no atendimento das regras e normas de Garantia de Qualidade, os quais norteiam as ações técnicas e científicas desta Coordenadoria, para mitigação de fatores e variáveis pré-analíticas e analíticas relativas às análises laboratoriais.

III – Fundamentação

A. Introdução

Esclarece-se que ao requer tal comprovação por meio de uma documentação oficial, esta Comissão possibilita o credenciamento de empresas licitantes, com declarada aptidão e/ou capacitação técnico-científica (logística), para realização do feito a ser contratado.

Destarte, a ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA – AFIP o fez, sem prejuízo no fornecimento da informação qualificadora de que realiza e cumpre a necessidade técnica de atendimento 24 horas.

Em outro ponto de pensamento, a norma prescrita no art. 3º da Lei nº8.666/93, determina que:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

É de comum saber que “isonomia se refere ao princípio da igualdade previsto pelo Art., 5º Constituição Federal, onde todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Assim, os méritos iguais devem ser tratados de modo igual, e as situações desiguais, desigualmente.”

Encontra-se ainda descrições e fundamentações que relatam que:

“O princípio da isonomia, também chamado de princípio da igualdade, é um princípio que se encontra dentro do ordenamento jurídico brasileiro e na grande maioria dos ordenamentos jurídicos de países democráticos do mundo inteiro. A isonomia, dentro do direito, nada mais é do que a equalização das normas e dos procedimentos jurídicos entre os indivíduos, garantindo que a lei será aplicada de forma igualitária entre as pessoas, levando em consideração suas desigualdades para a aplicação dessas normas.” (<https://www.projuris.com.br/principio-da-isonomia/>)

Neste raciocínio, a admissão e consideração da licitante ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA – AFIP como apta, vai de encontro ao atendimento do pregado no art. 3º da Lei nº8.666/93, com garantia da isonomia entre os partícipes, pois esta certificou de forma documental oficial o atendimento 24 horas e que provavelmente, a recorrente - LABORATÓRIO PADRE JOSÉ ANCHIETA LTDA – e outros partícipes do processo licitatório que aqui concorrem, também o façam.

Tem-se ainda, o norteammento extraído da jubilosa Lei nº8.666/93, art. 3º, que além da observância da isonomia, a licitação deve selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

Partindo-se da primícia da existência de isonomia entre os interessados, o diferencial centralizou-se na disputa entre esses, para o oferecimento de valores mais vantajosos para a administração, para a contratação da prestação de serviço, o que é altamente recomendável, legal, fértil e incentivável.

Assim, como resultado sequente houve a habilitação da ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA – AFIP – terceira posição classificatória, em detrimento ao quarto colocado - LABORATÓRIO PADRE JOSÉ ANCHIETA LTDA, com vantajosidade econômica evidente.

Desta maneira, observa-se o seguimento aos princípios valiosos e pertinentes dos processos licitatórios, em especial, o da vinculação ao instrumento convocatório e assim, quanto a comprovação técnica de aptidão de atendimento 24 horas.

B. Avaliação da aptidão técnica

É de saber, a possibilidade de realização de ato diligencial para comprovação, certificação ou atestamento de aptidão técnica dos licitantes, nesse caso, de cumprimento ao quesito atendimento 24 horas, exigido em diversas partes do corpo textual editalício, como no tópico “Horário e local de realização do serviço” (página 25 – CR 000597/2022), onde se abstrai:

(...)

“Horário de entrega/realização do serviço

O atendimento, assessoria e realização dos exames laboratoriais, deverá ser executado pela CONTRATADA de forma contínua, ininterrupta – 24 horas, sete dias por semana.”

Novamente, faz-se a exigência técnica de atividade de prestação laboratorial 24 horas, em nível de Edital, no Termo de Referência apensado, no tópico “Dos exames” (página 28 – CR 000597/2022), como segue:

3. Dos exames

Caberá ao Laboratório de Apoio contratado:

(...)

•A manutenção de número de telefone fixo e móvel (celular), aplicativo de mensagens tipo WhatsApp e e-mail com confirmação de recebimento, para atendimento das chamadas de busca, processamento, realização e liberação de resultados, 24h (vinte e quatro horas) por dia, de segunda a domingo, inclusive nos finais de semana, recessos e feriados.

Apesar do cuidado com a tomada de medidas administrativas, que orientam as boas práticas licitatórias, com exigência documental como atestados ou certificados pertinentes, provenientes de órgãos oficiais municipais, estaduais ou federais, para comprovação de aptidão técnica, pode-se constatar a existência de fatos omissos, equivocações ou mesmo erros.

Vejamos:

A reclamante, LABORATÓRIO PADRE JOSÉ ANCHIETA LTDA, apensou nos autos processuais, a certificação do Conselho afeto (Conselho Regional de Farmácia - PR), com demonstração dos seguintes dizeres:

(...)

Domingo

Segunda

Terça

Quarta

Quinta

Sexta

00:00 às 23:59

00:00 às 23:59

00:00 às 23:59

00:00 às 23:59

00:00 às 23:59

00:00 às 23:59

Sábado

00:00 às 23:59

Com esta visualização, poder-se-ia ter em consideração a aptidão prestação de serviço laboratorial 24 horas.

Contudo, o Alvará de localização e de funcionamento da licitante recorrente - LABORATÓRIO PADRE JOSÉ ANCHIETA LTDA – também constada e apensada em nível processual, apresenta as seguintes escritas:

“Horário de funcionamento: Comercial

Segunda à Sábado das 08:00 às 22:00”. (grifos nosso)

Ainda, no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES, a licitante recorrente LABORATÓRIO PADRE JOSÉ ANCHIETA LTDA, traz na sua Ficha de Estabelecimento Identificação, com última atualização nacional na data de 20/09/2022, a tabulação de horário de funcionamento discrepante da anterior citada (CRF-PR), como segue:

Dia da semana

Horário

SEGUNDA-FEIRA

8:00 às 18:00

TERÇA-FEIRA

8:00 às 18:00

QUARTA-FEIRA

8:00 às 18:00

QUINTA-FEIRA

8:00 às 18:00

SEXTA-FEIRA

8:00 às 18:00

Aqui, nesta demonstração documental, que pode ser aferida nos autos processuais e nos anexos deste documento, torna clara a discrepância afirmativa ou comprovadora entre os documentos de declaração/certificação de funcionamento laboratorial da própria licitante recorrente.

Mas qual seria a importância do Alvará de funcionamento na definição de horário de funcionamento das empresas licitantes?

Em breve pesquisa de significância da importância do Alvará de Funcionamento, dentre outras inúmeras fontes de definições, tem-se:

“O alvará de funcionamento é uma licença concedida pela prefeitura, permitindo a localização e o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agrícolas, prestadores de serviço, bem como de sociedades, instituições, e associações de qualquer natureza, vinculadas a pessoas físicas ou jurídicas. Ele é emitido pelo poder público municipal atendendo a legislação específica municipal e seus prazos de validade podem variar de um município para outro. Não é incomum não terem uma data final. É uma autorização de caráter precário, ou seja, a qualquer tempo e desde que não atendidas as exigências estabelecidas pelo poder público, este deverá cassar sua validade. O objetivo deste alvará é estabelecer, por exemplo, o horário de funcionamento, (...), e deve sempre ser afixado em local visível, bem como garantir que o interessado seja formalizado, não altere seu endereço sede, e seu ramo de atividade.” (grifos nosso)

Fonte: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/alvara-de-funcionamento>

Outro documento exposto nas arguições justificatórias foi o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

De acordo com a Portaria nº1.646, de 2 de outubro de 2015, o qual instituiu o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, no art.2º e seus incisos, traz a importância deste documento público federal, como segue:

(...)

Art. 2º O CNES se constitui como documento público e sistema de informação oficial de cadastramento de informações de todos os estabelecimentos de saúde no país, independentemente da natureza jurídica ou de integrarem o Sistema Único de Saúde (SUS), e possui as seguintes finalidades:

I - cadastrar e atualizar as informações sobre estabelecimentos de saúde e suas dimensões, como recursos físicos, trabalhadores e serviços;

II - disponibilizar informações dos estabelecimentos de saúde para outros sistemas de informação;

III - ofertar para a sociedade informações sobre a disponibilidade de serviços nos territórios, formas de acesso e funcionamento; (grifos nosso)

(...)

Em fonte simplista, obtida da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Curitiba, Estado do Paraná (<https://saude.curitiba.pr.gov.br/atencao-especializada/cnes.html>), tem-se de forma objetiva, a aplicabilidade e a importância do CNES:

Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES

O CNES foi instituído pela Portaria MS/SAS 376, de 03 de outubro de 2000 e passa a normatizar o processo de cadastramento em todo Território Nacional.

Desde 2004 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), definiu a obrigatoriedade de cadastro junto ao CNES de todos os estabelecimentos de saúde que prestam serviço através de contrato com operadoras de saúde.

QUEM DEVE FAZER O CADASTRO NO CNES / CURITIBA?

Somente os estabelecimentos de saúde HUMANA com sede na cidade de Curitiba, de acordo com a portaria nº 1.646 de 02/10/2015, Art 3º, item 2, define "estabelecimento de saúde": espaço físico delimitado e permanente onde são realizados ações e serviços de saúde humana sob responsabilidade técnica".

O número de CNES é gerado para o estabelecimento (Pessoa Física ou Pessoa Jurídica), e neste cadastro são vinculados profissionais da saúde (Autônomo - Pessoa Física, Autônomo - Pessoa Jurídica, Vínculo Empregatício – CLT entre outros). São considerados para o cadastro: os sócios, os profissionais autônomos, os colaboradores que tenham registro em conselho de classe da saúde e façam parte do corpo clínico.

Tem-se, nesta fonte textual, a exigência explícita da necessidade declaratória dos horários de funcionamentos, tanto de pessoas física como jurídica.

Nesta análise de pensamento, não se deseja declarar inapta a licitante recorrente, LABORATÓRIO PADRE JOSÉ ANCHIETA LTDA, apenas salientar a possibilidade de ocorrência de omissões, equívocos ou enganos, mesmo em documentos oficiais com expressão de horários de funcionamento.

Não se quer também, avaliar o mérito discursivo e argumentativo de qual documento oficial seria de grau ou importância maior.

Desta forma, nesse consenso, por meio de medida diligenciadora, poder-se-ia realizar averiguações para possíveis constatações e comprovações de aptidões técnicas, para o atendimento editalício – vinculação.

Além disso, existe a possibilidade de fiscalização do cumprimento das condições técnicas de realização do serviço durante a vigência contratual, onde constatadas irregularidades em seu cumprimento, poder-se-ia adotar medidas administrativas e legais pertinentes para saneamento ou correção do fato constatado.

Pelo exposto, a Comissão Técnica se limitou a analisar a aptidão técnica da licitante ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA – AFIP quanto ao atendimento 24 horas, com a manutenção do decidido e indeferimento ao recurso administrativo exarado pela reclamante licitante, LABORATÓRIO PADRE JOSÉ ANCHIETA LTDA.

Respeitosamente,

Paulino Yassuda Filho - CRF PR 6.084 - Comissão Técnica

Muriel Padovani Giolo - CRF PR 14.026 - Comissão Técnica

Robson Luís Schuinka - RG 5.919.104-7 PR - Comissão Técnica”

A Assessoria Jurídica emitiu parecer conforme segue:

“Acerca dos anexos encaminhados anteriormente, a análise do professor Paulino, Muriel e Robson está em consonância com as regras editalícias, além de atender aos Princípios da Isonomia, da Economicidade e ao Interesse Público da Instituição.

A regra editalícia elencada no item 12.7.1.6 exige a apresentação do certificado do Conselho e Classe competente, o que foi tempestivamente apresentado pela Empresa AFIP. Logo, não merece ser acatado o Recurso interpolado pela Empresa Padre Anchieta, uma vez que seu principal argumento - de que a Empresa AFIP não cumpriu com o requisito obrigatório do item 12.7.1.6 - é inverídico, já que a Empresa AFIP os apresentou (cumprimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório).

Além disso, a Empresa Padre Anchieta não logrou êxito em demonstrar que os Conselhos de Classe de Medicina e de Biomedicina não possuem competência territorial para declarar sobre o funcionamento da Empresa AFIP.

Os horários de funcionamento da AFIP foram assegurados pelos mencionados Conselhos nos documentos emitidos por eles.

Ademais, a Comissão técnica foi diligente ao pesquisar sobre as eventuais divergências dos horários de funcionamento da quarta colocada, almejando a eficácia nas análises das amostras laboratoriais e cumprindo com o melhor planejamento para a execução dos serviços pela contratada.”

Assim, conforme a argumentação elencada pela Equipe Técnica e sua análise com a perfeita adequação às regras editalícias e licitatórias, o Parecer é pelo recebimento e não provimento do Recurso juntado pela Empresa Padre Anchieta, e pelo acatamento das Contrarrazões juntadas pela Empresa AFIP, uma vez que restou cumprida integralmente a regra prevista no item 12.7.1.6 por essa Empresa.

É o Parecer.

*Karina Isabel Vivian
OAB/PR 65542
Assessoria Jurídica HUOP.”*

Em face a alegação da recorrente, a contrarrazão apresentada, o parecer da equipe técnica, parecer assessoria jurídica e análise dos autos, conclui-se que a classificação da empresa Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa – Afip. para o lote I será mantida, tendo em vista o atendimento das necessidades do HUOP, comprovadas através documentações oficiais anexadas pela empresa.

Por derradeiro esclarecemos que todos os processos realizados pelo HUOP prezam pelo total cumprimento dos princípios que regem a administração

pública e têm caráter de total lisura, de modo que todos os atos – tanto da fase interna e externa – são disponibilizados em site oficial com total transparência, ficando a critério de qualquer interessado acompanhar a perfeita execução dos objetos contratados.

II – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo o presente recurso, por ser tempestivo, contudo, no mérito, julgo-o improcedente, negando-lhe provimento.

À elevada apreciação do Diretor Geral, considerando os apontamentos desta subscritora.

Atenciosamente,

Pregoeira